

CON JUN TURA REPUBLICANA

ATUALIZE-SE
EM POUCOS
MINUTOS

DE OLHO NA ECONOMIA

PESSIMISMO NO CONGRESSO EM RELAÇÃO ÀS ALTERNATIVAS AO IOF

P.3

TEMPERATURA DO CONGRESSO

**PODER LEGISLATIVO
PROJETA DISCUSSÃO
SOBRE A REFORMA
ADMINISTRATIVA**

P.6

AGENDA ELEITORAL

**VOTAÇÃO DA REFORMA
DO CÓDIGO ELEITORAL
É ADIADA PELA CCJ DO
SENADO**

P.9

VISÃO DO ESPECIALISTA

**ACORDO MERCOSUL-
UNIÃO EUROPEIA: O
QUE É E O QUE MUDA
PARA O BRASIL?**

P.11



**CON
JUN
TURA**
REPUBLICANA

ATUALIZE-SE
EM POUCOS
MINUTOS

2025 – Fundação Republicana
Brasileira (FRB) ©

Direitos reservados em conformidade
com a Lei nº 9.610/1998

PRESIDÊNCIA FRB:

Renata Sene (2025-2027)

GERÊNCIA FRB:

Gabrielle Assumpção

**COORDENAÇÃO ASSESSORIA
DE COMUNICAÇÃO FRB:**

Denise Matos



**COORDENAÇÃO NÚCLEO DE
ESTUDOS E PESQUISAS (NEP):**

Fábio Vidal

FICHA TÉCNICA | EDITORIAL

TEXTO:

Fábio Vidal – NEP/FRB

Gabriel Lana – NEP/FRB

Kamilla Dias – NEP/FRB

PROJETO GRÁFICO:

Igor Bessa

DIAGRAMAÇÃO:

Samuel de Paula – Ascom/FRB

REVISÃO/EDIÇÃO:

Tamires Lopes – Ascom/FRB

APOIO DE JORNALISMO:

Mazé Rodrigues – Ascom/FRB

MTB: 0014348/DF

FOTO ARQUIVO:

Carlos Gonzaga – Ascom/FRB



**PÓS 20
25
GRADUAÇÃO**

**Assessoria Parlamentar,
RelGov e Lobby**

18x
R\$

249,60

Inscrições Abertas



EaD ao vivo



Duração: 12 meses

#VemPraRepublicana

PESSIMISMO NO CONGRESSO EM RELAÇÃO ÀS ALTERNATIVAS AO IOF

No último domingo (8), o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, participou de uma reunião com lideranças partidárias da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, que contou com a presença dos presidentes Davi Alcolumbre (União/AP) e Hugo Motta (Republicanos/PB)

Na ocasião, o ministro apresentou alternativas compensatórias para substituir o decreto que havia elevado a alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).



ALTERNATIVAS COMPENSATÓRIAS

Tributação de 5% de Imposto de Renda sobre os títulos atualmente isentos: Letras de Crédito Imobiliário (LCI) e Agronegócio (LCA);

Aumento da alíquota sobre apostas esportivas, passando de 12% para 18%;

Alterações na Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para instituições financeiras;

Redução de até 10% em benefícios fiscais considerados não constitucionais.

A medida inicial (o aumento do IOF) enfrentou forte resistência e duras críticas, levando o Governo Federal a recuar. No entanto, a necessidade de equilíbrio fiscal permaneceu, o que motivou a formulação de um novo pacote de compensações.

Embora o equilíbrio fiscal seja uma exigência constante do Estado, a tributação não é o único caminho possível. O presidente Hugo Motta destacou que o governo precisa “apresentar o dever de casa” e “cortar gastos”, alertando que as medidas anunciadas devem enfrentar uma reação muito ruim, tanto no Congresso quanto entre os empresários.

As alternativas compensatórias apresentadas pelo Planalto, por sua vez, abrem margens para inúmeros outros conflitos.

A proposta de tributar os rendimentos da LCI e LCA, por exemplo, já foi rejeitada em tentativas anteriores. Nenhum dos ex-presidentes Dilma Rousseff, Michel Temer ou Jair Bolsonaro conseguiu implementar essa taxaço.

Já o aumento da taxaço das “bets”, de 12% para 18%, retoma a proposta inicial do governo de tributar o setor. O projeto original já previa a alíquota de 18%, mas o Congresso reduziu o percentual para 12%, o que pode indicar uma tendência de rejeição ao novo aumento no Legislativo.

A polêmica em torno do IOF pode ter terminado, mas representa apenas mais um capítulo dos desafios relacionados à responsabilidade fiscal, um tema que promete gerar novos embates nos próximos meses até que se encontre um ponto de equilíbrio.

PODER LEGISLATIVO

PROJETA DISCUSSÃO SOBRE A REFORMA ADMINISTRATIVA

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos/PB), anunciou no último domingo (8) que o texto de uma proposta de reforma administrativa será apresentado no início de julho de 2025

A declaração foi feita após reunião entre a cúpula do Congresso Nacional e representantes do Governo Federal, em meio às discussões sobre alternativas ao aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). Motta ressaltou que a proposta será construída em diálogo com o Senado, para que o tema seja debatido de forma integrada pelas duas Casas legislativas.



Kayo Magalhães/Câmara dos Deputados

As reformas administrativas são ferramentas utilizadas por Estados modernos para reestruturar o funcionamento da máquina pública. Quando a gestão pública se torna ineficiente, lenta ou excessivamente onerosa, surgem demandas por reestruturação, como a reforma ora em discussão, motivada por problemas estruturais como o aumento contínuo da folha de pagamento e a baixa produtividade.

Esses fatores comprometem a qualidade dos serviços prestados à população, mesmo em contextos de elevada carga tributária. Em muitos casos, o Estado acaba refém de pressões corporativistas, alocando recursos para sua própria manutenção, em vez de priorizar o atendimento eficaz ao cidadão.

Segundo Motta, os princípios que nortearão a proposta são: aumento da produtividade, eficiência administrativa, redução de custos, uso de tecnologias e adoção de critérios meritocráticos inspirados no setor privado. Ele reforçou que a intenção não é perseguir servidores públicos, mas, sim, “entregar mais resultados com menos recursos e maior transparência”.

A proposta também está inserida num contexto de ajuste fiscal, evidenciado pela própria reunião que motivou o anúncio. Na ocasião, o aumento do IOF foi revogado pelo Governo Federal diante da forte resistência no Congresso. Para compensar a perda de arrecadação, foram discutidas medidas como a revisão de isenções fiscais, o controle de gastos primários e a própria reforma administrativa.

Dessa forma, a proposta de reforma administrativa não se apresenta apenas como um projeto de modernização do Estado, mas como parte estratégica de um pacote de medidas voltadas à responsabilidade fiscal. Seu êxito, no entanto, dependerá de articulação política, garantias institucionais e de um debate público qualificado que assegure sua legitimidade e compromisso com o interesse coletivo.



Marina Ramos/Câmara dos Deputados



VOTAÇÃO DA REFORMA DO CÓDIGO ELEITORAL É ADIADA PELA CCJ DO SENADO

Na última terça-feira (10), a Coluna Estadão divulgou os resultados de uma pesquisa realizada pelo instituto Genial/Quaest sobre o atual modelo eleitoral brasileiro

Segundo os dados divulgados, 56% dos brasileiros são favoráveis ao fim da reeleição para cargos do Executivo. De acordo com o instituto, a proposta une lados opostos da política: 56% dos eleitores do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2022 e 59% dos eleitores do ex-presidente Jair Bolsonaro apoiam o fim da reeleição.

O levantamento chega em um momento estratégico, já que, na quarta-feira (11), a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal adiou a votação da proposta de reforma do Código Eleitoral, que inclui, entre outros pontos, a proibição da reeleição para cargos do Executivo.

Apesar de indicar apoio popular à medida, a pesquisa também revela divergências em relação a outros pontos da reforma, como o aumento da duração dos mandatos. De acordo com o levantamento, 64% dos entrevistados se opõem à proposta de ampliar os mandatos de 4 para 5 anos.

O Projeto de Lei Complementar (PLP) 112/2021 está previsto para ser votado na CCJ do Senado em 9 de julho. Contudo, por se tratar de um projeto original da Câmara, o retorno dele à casa baixa enfrentará grandes desafios, o texto produzido pelo Senado poderá ser completamente modificado, além de que o volume de parlamentares torna a discussão ainda mais complexa.



FRB INDICA

“O menor caminho entre os interesses da população e a Câmara dos Deputados” é uma publicação da Comissão de Legislação Participativa (CLP) que orienta a sociedade sobre como sugerir projetos de lei diretamente à Câmara.

O material reforça a importância da participação popular no processo legislativo, especialmente em contextos como os debates sobre a reforma do Código Eleitoral.

ACORDO MERCOSUL- -UNIÃO EUROPEIA:

O QUE É E O QUE MUDA PARA O BRASIL?

*Após mais de 20 anos de negociações, o Acordo Mercosul-
-União Europeia voltou ao centro das discussões. Com potencial para ser o maior tratado comercial já firmado pelo Brasil, ele promete abrir mercados, atrair investimentos e estimular padrões mais modernos e sustentáveis de produção*

O Mercosul, formado por Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, busca integrar os países sul-americanos por meio da livre circulação de bens e da adoção de tarifas comuns. Já a União Europeia, com 27 países, é a segunda maior economia do mundo e o segundo principal parceiro comercial do Brasil.

Foto: Arquivo FRB



DANIELLE SALOMÃO

Graduada em Direito, com especialização em Direito Penal e Processo Penal.

Foto: Arquivo FRB



MARIANA PIMENTEL

Graduada em Relações Internacionais e pós-graduada em Assessoria Parlamentar, com especialização em Direito Legislativo e Direito Eleitoral.

O acordo prevê a eliminação ou redução gradual de tarifas entre os dois blocos. Segundo o Itamaraty, até 91% das exportações do Mercosul terão isenção tarifária imediata, e 92% das importações europeias terão tarifas zeradas em até dez anos. Para o Brasil, os ganhos incluem maior competitividade de produtos como carne bovina, frutas e açúcar, acesso a um mercado exigente e a possibilidade de impulsionar o PIB em até R\$ 500 bilhões nas próximas duas décadas.

Além do impacto econômico, o tratado deve atrair mais investimentos ao estabelecer regras comerciais claras. Áreas como infraestrutura, energia limpa e tecnologia tendem a se beneficiar. A exigência de padrões internacionais de qualidade e sustentabilidade pode impulsionar a modernização da produção e a imagem do Brasil no exterior.

No entanto, há entraves. A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, alertou que o projeto de lei em tramitação no Senado que

flexibiliza o licenciamento ambiental pode comprometer as negociações. Segundo ela, o texto representa um retrocesso e ameaça a credibilidade ambiental do Brasil, construída com base no combate ao desmatamento e no cumprimento de acordos como o de Paris.

A União Europeia já vinha cobrando garantias ambientais mais robustas, e mudanças na legislação brasileira podem reforçar resistências internas em países como França e Irlanda. Com a COP30 prevista para ocorrer em Belém, no fim do ano, o Brasil precisa equilibrar interesses econômicos e compromissos ambientais para manter sua imagem internacional fortalecida.

Este acordo representa uma oportunidade histórica para reposicionar o Brasil no cenário global. Entretanto, seus avanços dependem da coerência entre discurso e prática: crescer economicamente sem abrir mão da proteção ambiental e da segurança jurídica. O futuro do acordo passa, sobretudo, pelas escolhas que o país faz hoje.



AJUDANDO A FORMAR CIDADÃOS

CONTATO@FUNDACAOREPUBLICANA.ORG.BR

SIGA A FUNDAÇÃO REPUBLICANA
BRASILEIRA NAS REDES SOCIAIS



WWW.FUNDACAOREPUBLICANA.ORG.BR